



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 12278.720128/2014-26
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1001-000.382 – Turma Extraordinária / 1ª Turma
Sessão de 07 de fevereiro de 2018
Matéria Simples Nacional
Recorrente BANNWART ELETRICIDADE INDUSTRIAL LTDA - ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL

Ano-calendário: 2014

OPÇÃO. INDEFERIMENTO. PRAZO.

Enquanto não vencido o prazo para solicitação da opção o contribuinte poderá regularizar eventuais pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional, sujeitando-se ao indeferimento da opção caso não as regularize até o término desse prazo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

(Assinado Digitalmente)

Lizandro Rodrigues de Sousa - Presidente e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Lizandro Rodrigues de Sousa (presidente), Edgar Bragança Bazhuni, José Roberto Adelino da Silva e Eduardo Morgado Rodrigues.

Relatório

Trata-se de Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional (e-fl. 17/18) para o ano calendário 2014, tendo-se em vista a existência de débitos com a Secretaria

da Receita Federal, de natureza previdenciária, com exigibilidade não suspensa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, art. 17, inciso V. Lista de débitos:

<u>Lista de Débitos</u>	
1)Débito - Código da Receita : 1804	
Nome do Tributo : CONTRIBUICAO SOCIAL	
Número do Processo : 10830005288200189	
Número da Inscrição: 8060313909862	←
Data da Inscrição : 27/10/2003	
2)Débito - Código da Receita : 4493	
Nome do Tributo : COFINS	
Número do Processo : 10830005288200189	
Número da Inscrição: 8060313909943	←
Data da Inscrição : 27/10/2003	

Após tomar ciência do contido do Termo de Indeferimento a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade. A decisão de primeira instância (e-fls. 35/41) julgou a manifestação de inconformidade improcedente, por entender os débitos motivadores do indeferimento ainda persistem junto à PGFN na situação: ATIVA NÃO AJUIZÁVEL EM RAZÃO DO VALOR.

Cientificada da decisão de primeira instância em 08/05/2015 (e-fl. 48) a Interessada interpôs recurso voluntário, protocolado em 08/06/2015 (e-fl. 49), em que aduz, em resumo, que os débitos estavam com a exigibilidade suspensa em 31/01/2014; e que se sua adesão ao Simples fosse negada sua situação financeira ficaria insustentável.

Voto

Conselheiro Lizandro Rodrigues de Sousa - Relator

O recurso é tempestivo, e portanto, dele conheço. Trata-se, nestes autos, exclusivamente do Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional (e-fls. 17/18) para o ano calendário 2014.

Cabe verificar o que dispõe o artigo 17 da Lei nº 123/2006, inciso V e XI, e o art. 15, inciso XV, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011:

“Art. 15. Não poderá recolher os tributos na forma do Simples Nacional a ME ou EPP: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, caput):

(...)

XV - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa; (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso V);(destaquei).

(...)

A opção pelo Simples Nacional está regulamentada pela mesma Resolução CGSN nº 94/2011:

Art. 6º A opção pelo Simples Nacional dar-se-á por meio do Portal do Simples Nacional na internet, sendo irretratável para

todo o ano-calendário. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

(...)

§ 1º A opção de que trata o caput deverá ser realizada no mês de janeiro, até seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no § 5º. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, § 2º)

§ 2º Enquanto não vencido o prazo para solicitação da opção o contribuinte poderá: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)

I - regularizar eventuais pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional, sujeitando-se ao indeferimento da opção caso não as regularize até o término desse prazo;

O contribuinte não diligenciou de forma a regularizar as pendências no prazo legal. Prescreve o § 2º do art. 6º citado que, enquanto não vencido o prazo para solicitação da opção o contribuinte poderá regularizar eventuais pendências impeditivas ao ingresso no Simples Nacional, sujeitando-se ao indeferimento da opção caso não as regularize até o término desse prazo. Isto porque segundo os extratos atualizados até 21/05/2015 (e-fls. 59 e 62) os débitos em questão estiveram desde 25/04/2011 na condição de "Ativa Não Ajuizável em Razão do Valor".

Por fim, argumentos sobre eventual constitucionalidade do legislador ordinário somente podem ser aferidos pelo Poder Judiciário, a quem compete a verificação da compatibilidade da norma jurídica com os preceitos constitucionais. Estes argumentos são inoponíveis na esfera administrativa. Nesse sentido o art. 26A do Decreto nº 70.235, de 1972.

Assim, voto para negar provimento ao Recurso Voluntário.

(Assinado Digitalmente)

Lizandro Rodrigues de Sousa